

MOTRICIDADE HUMANA E ESPORTE CONVENCIONAL* — QUESTÕES PARA UMA ANTROPOLOGIA NA CULTURA FÍSICA**

UBIRAJARA ORO***

1. Introdução

Abordagens da motricidade humana vêm-se multiplicando e desenvolvendo em nosso meio, indicando um interesse crescente da sociedade pela temática do movimento. Os exercícios físicos, a ginástica, os jogos esportivos, os desportos e a dança são motivos evidentes de atenção e de ocupação do homem de hoje. Entre outras, uma causa disso poderia ser o provável reconhecimento da cultura física como elemento obrigatório do desenvolvimento humano equilibrado. Nas condições de vida, propostas pela civilização contemporânea, as atividades físicas superaram amplamente o critério de utilidade, propondo às pessoas perspectivas de autocultivo e de emancipação¹.

Entretanto, o conhecimento sistemático da motricidade não aparece simetricamente distribuído pelas várias áreas de estudo, que a investigam. Ele tem acompanhado a tendência epistemológica predominante em nossos dias, mais sensível ao "evidente", ao "experimentável", ao "quantificável", ao "pragmático", isto é, aquilo passível de controle rigoroso e de aplicação imediata². Ainda são menos discutidos e trabalhados aspectos e questões, que se dediquem a esclarecer as origens e os fundamentos dos encaminhamentos atuais, bem como a analisar as suas conseqüências presentes e futuras. Esta é uma lacuna intelectual, que estaria a merecer maior consideração, uma vez compor a reflexão crítica a substância básica, o instrumental para o pensamento pedagógico, do qual derivam as propostas para a prática do movimento.

* O predicativo "convencional" contempla a acepção mundialmente tradicionalizada do esporte, como instituição de cunho competitivo, regulada por normas e organismos internacionais.

** A expressão "cultura física" é aplicada em seu sentido comum de conjunto de atividades praticadas para desenvolvimento da capacidade motora.

***Professor Adjunto de DEF/CDS/UFSC, Mestre em Humanidades.

Com essa preocupação, este trabalho alinha seu enfoque pela Antropologia Filosófica, tentando levantar argumentos em torno das interseções do esporte com o trabalho, aí procurando revelar o caráter industrialista (bem ou mal dissimulado pelo seu discurso justificador) das práticas esportivas tradicionais. O propósito central do texto é esboçar o perfil antropológico adotado pelo esporte convencional, disso chegando, na conclusão, a algumas deduções para o questionamento antropológico do esporte, no âmbito da cultura física de nossa época.

O argumento começa com uma interpretação filosófica do corpo e da motricidade, dentro da visão fenomenológica.

Continua com uma breve digressão pela gênese do esporte moderno, no contexto histórico da Revolução Industrial, bem assim alude aos motivos prováveis da definição de sua identidade.

A seguir, passa a uma análise do perfil antropológico proposto pelo esporte e pela indústria, onde procura mostrar a sua sobreposição.

O texto conclui com algumas considerações a respeito do esporte, de que são deduzidas questões a remeter ao pensamento antropológico sobre a motricidade e a cultura física de hoje.

2. Corpo e Movimento: os Atributos Nucleais da Existência Humana

Quando alguém fala no homem, refere-se a um ser concreto, portanto, situado no espaço e no tempo. E, desde logo, dá-se conta de que essa concretude está dada "a priori", na medida em que ela aparece, primeiro, no mundo físico. Ou seja, para que se possa manifestar uma forma de existir no mundo, a que se dá o nome de homem, ela, antes, há de se constituir como corpo, sem o que não se tornaria perceptível (nem mesmo a si própria). Assim, o corpo é a comprovação evidente da presença do homem no mundo³.

A corporeidade humana apresenta-se como um atributo multidimensional. Ao mesmo tempo, o homem é e tem corpo; do que surge a sua condição ambivalente, em relação a este último e ao

mundo: num primeiro momento, abstraído o corpo de sua situativedade existencial concreta, descortina-se uma ligação mutável entre ele e o eu, a qual se movimenta, em situações distintas, desde a comunhão, num extremo, até a separação, no outro; eu e corpo estão encerrados um no outro, numa tensão constante entre identidade e divergência, e a relação entre ambos (por estar em aberto) só poderá ser estabelecida através da ação"; num segundo momento, intervêm o mundo objetivo, o "não-eu", com o que as já inúmeras conotações da relação eu-corpo se vêem ainda multiplicadas; especialmente significativa, neste contexto, é a presença do outro, que produz as relações intersubjetivas; também como corpo, o outro revela-se a mim, que o percebo por mediação do meu corpo; o corpo do outro manifesta-se a mim "com um certo coeficiente objetivo de utilidade e adversidade"⁵, porque da sua presença emana a distinção entre nossas respectivas subjetividades. A multidimensionalidade do corpo humano é tanto física quanto espiritual, natural e cultural, do eu e do mundo; o corpo é o mediador e o meio da relação do homem com o mundo, é o ingresso e o acesso para os outros e para as coisas⁶.

À medida que o homem vive sua corporeidade e se percebe corpo passa a ser significativo a si próprio e aos outros. A comunicação intersubjetiva, pela qual um homem se torna visível e compreensível a outro homem, dá-se via palavra e gesto, ambos predicados do corpo e fenômenos tipicamente humanos, porque possuídos de significado.

Gesto configura e implica em movimento corporal expressivo. "O corpo e seus movimentos estão sempre no centro de toda e qualquer manifestação e possibilidade expressiva"⁷. A expressividade do gesto humano atribui transcendência aos movimentos corporais do homem, que avançam para além dos fenômenos naturais, por estarem sempre imbuídos de uma intenção simbólica, representativa, consciente, se ou quando gestos.

Ao tornar-se expressão de intenções e comunicação de significados, a motricidade humana passa a adquirir dimensões valorativas. Um gesto como exteriorização intencional, deriva de uma opção e, desde logo, supõe autodeterminação.

Se essas colocações são pertinentes, conduzem a reflexão sobre a motricidade humana para a esfera axiológica e ali e de-
frontam de imediato com a noção de liberdade, seja ela de cono-
tação circunstancial, seja concebida como possibilidade aprio-
rística de escolha⁸.

Manifestar uma intenção por um gesto significa, então, que a motricidade humana pressupõe espaço e alternativas para se auto-organizar e acontecer. Sendo expressiva, requer o direito e o respeito à volição que lhe dá origem. E só assim torna o homem "senhor dos seus atos", bem como o individualiza perante os outros homens, dotando-o de identidade.

Corporeidade e motricidade, portanto, são os dois atributos mais essenciais do ser-do-homem: localizados no centro da existência humana, dão possibilidade e conteúdo a todos os demais atributos, que, conjuntamente, fazem o homem e por ele são feitos.

3. Motricidade e Hominização

No processo da evolução do homem, desde seus ancestrais pré-humanos, a motricidade teve sempre um papel relevante. Através dos movimentos, o homem provocou as transformações quantitativas e qualitativas do meio, que lhe favoreceram a sobrevivência. Em todas as etapas desse processo, as funções motoras constituíram a categoria central, o veículo viabilizador das diferentes formas de relacionamento do homem com seu mundo físico e social.

A organização dos movimentos em favor da subsistência constituiu, portanto, um requisito indispensável à evolução humana e que se perpetua como imposição natural, na medida em que o homem existe fisicamente. Essa perspectiva utilitária da motricidade desenvolveu-se pelo trabalho; todas as formas e ritmos de movimento utilitário tiveram nele sua modelação⁹.

A intervenção do homem sobre a Natureza via trabalho pode ser vista como um processo bidirecional: o trabalho não apenas modifica a Natureza; provoca alterações também no homem.

A evolução da motricidade pré-humana em especificamente humana foi acompanhada de transformações morfofuncionais, em particular, nos membros superiores e nos inferiores. As extremidades superiores especializaram-se na manipulação e as inferiores, na locomoção¹⁰.

A longo prazo, a mão humana experimentou por meio do trabalho manipulativo alterações estáveis, genéticas¹¹. Sendo, por outro lado, apenas um membro de todo o organismo integrado do homem, "o que beneficiou a mão veio também em benefício de todo o corpo, a cujo serviço ela trabalhava"¹².

O pé substituiu sua função preênsil pela locomotora. Os quadris e as pernas alongaram-se e avolumaram-se, para garantir a bipitação prolongada e o desempenho eficiente da marcha, da corrida e do salto. Além destas, todas as demais formas básicas da motricidade humana surgiram nessa fase primitiva, como respostas concretas a tarefas situacionais¹³.

O processo de hominização teve na linguagem o outro de seus dois impulsos fundamentais (o primeiro foi o trabalho). A articulação verbal conduziu à conscientização dos movimentos como fenômenos objetivos, pelo que o efeito de cada ato motor podia ser comparado com a meta desejada e, assim, sofrer eventuais correções¹⁴. Linguagem e motricidade enriqueciam uma a outra, na medida em que os efeitos desta última estimulavam a elaboração inteligente de juízos e de melhores alternativas de ação, as quais, por sua vez, induziam a diversificação de experiências motoras.

O homem primitivo cultivava uma motricidade essencialmente utilitária. O trabalho era, inicialmente, o único contexto para exercitar sua capacidade motora. Com o passar do tempo, pela renúncia às metas laborais, os movimentos básicos deram origem a derivações, que se dirigiam para finalidades situadas além da utilidade imediata¹⁵. O cultivo de exercícios físicos promovia o aperfeiçoamento da coordenação motora e a ampliação do repertório de movimentos.

A partição do trabalho, em consequência da diferenciação de habilidades individuais, introduziu a especialização laboral

e, com ela, a da motricidade. Da atividade artesanal à mecanização e depois à a tomada, a motricidade humana regrediu da globalidade à miniaturização¹⁶.

Daí resulta, que a qualidade, a quantidade e o significado antropogênico da atividade física executada no cotidiano vão repercutir decisivamente nos níveis de desenvolvimento motor e de equilíbrio orgânico dos indivíduos e grupos. Embora a parcela maior da energia humana ainda seja dedicada ao trabalho, em seus cada vez mais reduzidos, racionalizados e sedentarizados movimentos, aos poucos essa mesma racionalização laboral libera o homem de funções mecânicas e alienantes, que lhe consomem as forças e o tempo: com a redução gradual das jornadas de trabalho, aumenta o tempo livre para a experiência de capacidades e aptidões não laborais, entre as quais se inclui a cultura física. Mesmo que tal perspectiva dependa do grau de desenvolvimento econômico e social do indivíduo ou do grupo, como processo ela corresponde a uma tendência inequívoca.

A contribuição da motricidade para a humanização — o processo individual e social de amplificação de todas as potencialidades humanas, que conduz ao equilíbrio e à satisfação existencial — não se situa mais, como durante a hominização, no âmbito do trabalho. Devido à monofuncionalização da motricidade laboral, o papel principal de estímulo às funções biológicas e à integração ativa com o ambiente passa para a cultura física, no homem de hoje.

O mundo humano, em seu conjunto, é, em resumo, fruto da relação dialética entre a motricidade do homem e as diferentes metas a ela colocadas pela sua vontade. O próprio homem deve à sua motricidade o fato de ser homem.

4. O Esporte Moderno

Dentro de um contexto histórico e cultural, a motricidade originou e sustenta aquilo, que se compreende como esporte.

Inicialmente concebido como divertimento¹⁷, o esporte possuía evidente caráter lúdico. Até uma parte do século XIX, os

exercícios físicos eram vinculados a instituições determinadas, bem como às suas funções, necessidades e significações específicas. Assim, o esporte era estreitamente ligado a outras formas de atividade física, em especial, à caça, à arte bélica, ao pastoreio, à agricultura¹⁸. Embora competir não fosse algo propriamente novo para a época, era, entretanto, apenas um entre outros elementos do jogo e dos costumes; a aprendizagem de gestos adequados e habilidades, os objetivos de saúde e aptidão física estavam em primeiro lugar¹⁹.

Na Inglaterra do século XVII, já começava, porém, uma modificação desse quadro*mais geral: de um complexo de exercícios físicos populares (futebol, críquete) e de formas corporativas de movimento (tiro, equitação, esgrima) surgiam os modernos "sports" (boxe, remo, hóquei, atletismo, natação). Ao contrário dos exercícios elitizados e dos populares, esses "sports" caracterizavam-se por forte orientação produtiva e competitiva, bem como por uma crescente racionalização. Em contraste com as formas de ação relativamente casuais, imprevistas e tradicionais de outrora, tratava-se agora de formas de ação objetivadas, calculadas, organizadas e planejadas²⁰.

A orientação ao rendimento e à competição, ligada à racionalização de muitas esferas da vida, tornaram o esporte democratizado, isto é, livre da dominação de grupos restritos. O critério para acesso a ele chamava-se rendimento.

Essa mudança de rota imprimida ao esporte não foi casual. A Inglaterra ancorava um processo econômico e social revolucionário, portanto, inédito, inspirado na racionalidade científica e tecnológica, em que sobressaíam valorações ao individualismo e à rentabilidade. Com a Revolução Industrial, produzir tornava-se a palavra de ordem e o rendimento passava a superar o critério de seleção por berço como afirmação de "status".

Desde então, a assimilação pelo esporte da ideologia produtivista da indústria pode ser percebida nos seus critérios estruturais e funcionais: cientificação, sistematização, regulamentação, organização intencional, objetivação, planificação, calculabilidade da ação e, especialmente, economia e tecnologi-

zação²¹. Tal como ocorria no trabalho industrial, a motricidade esportiva passava a submeter-se a uma rigorosa especificação, que, apesar de mais global e diversificada que a primeira, obedecia ao mesmo propósito objetivo: rendimento máximo possível. E, da mesma forma que a máquina estabelecia o padrão de motricidade para o trabalhador, a bem de que ele pudesse operá-la economicamente, o esporte engendrava modelos "ideais" de movimento, para que o desempenho atlético fosse maximizado²².

5. Esporte e Indústria: um Mesmo Perfil Antropológico

A reflexão sobre o humano, empreendida hoje pela Antropologia Filosófica, trata de situar, descrever e identificar o ser-do-homem no seu contexto histórico e material, em vez de procurar por uma pretensa "natureza humana", comum a todos os homens. Estuda, pois, o homem na sua cultura, verificando como cada grupo humano resolve sua problemática de produção e consumo, de comunicação e expressão, de política e organização social, de segurança e educação, de religião e ideologia.

Dessa análise contextual da vida humana, em que o homem deixa então de ser metafisicamente idealizado como um ser universal e abstrato, para ser interpretado a partir das evidências concretas do seu modo de viver, podem ser deduzidos perfis humanos, isto é, conjuntos de traços culturais comuns aos indivíduos, presentes nas manifestações existenciais dos seus respectivos grupos.

Ao aludir ao esporte e à indústria é, então, necessário a quem o faça ter claro tratarem-se de duas instituições típicas da civilização ocidental, nascidas na Europa moderna e em meio a uma fase histórica de transição cultural.

Por outro lado, é preciso considerar, que o homem constrói idealizações representativas sobre si próprio, que transfere para o seio de sua vida concreta²³. Contribuem para isso e em parte o determinam as condições sob as quais o homem vive, suas necessidades, interesses e valores.

Tais pressupostos permitem compreender o esporte como a

representação do homem industrialista no mundo lúdico da cultura contemporânea; e esporte reproduz a indústria, à medida que a idéia de progresso via produção baliza em ambas instituições as necessidades os interesses e os valores do homem alienado. Historicamente, a idéia de rendimento passou a valer como possibilidade de emancipação e de superação da cultura tradicional. Para tanto, foi preciso admitir a racionalidade como princípio organizador da existência e acreditar na individualidade como premissa básica da vida social.

Os conceitos-chaves do trabalho industrial são os mesmos do esporte. Racionalizar, concorrer e produzir estabelecem entre si uma relação sistêmica cíclica: a concorrência estimula a racionalização em favor da produção; por sua vez, a produção torna a suscitar a concorrência, reiniciando o ciclo em patamares progressivos. O esporte moderno está de tal modo impregnado dessa ideologia produtivista, que assimila com naturalidade predicativos como "competitivo", "de rendimento" e também "profissional"⁴.

A aspiração ao rendimento, tomado como mola mestra da prática esportiva, aproxima, pois, o esporte do trabalho industrial. O objetivo da produção e "resultados" encaminha um processo de racionalização da vida, em que o indivíduo exportista submete todas as suas energias e disponibilidades biopsicossociais ao ideal de eficiência máxima.

O trabalho industrial conduz a uma progressiva alienação da motricidade. Além de cada vez mais restringidos e miniaturizados, em flagrante conflito com as necessidades naturais da globalidade corporal, os movimentos laborais consubstanciam-se em estereótipos mecânicos, que os tornam monótonos e inexpressivos, porque dicotomizados da consciência e da opção. O trabalhador deixa de ser sujeito para tornar-se meio do que produz^{2 5}. A "racionalidade" de seus movimentos visa à economia de esforço, não pelo seu bem-estar pessoal ou por respeito à sua singularidade de indivíduo, mas para transformar a energia economizada em acréscimo de produção.

No modelo de esporte em análise, repete-se essa alienação do corpo e da motricidade, como denunciada no trabalho industrial. O movimento esportivo, normatizado por regras internacionais, previsto cientificamente em formas de máxima rentabi-

lidade, condicionado até a automatização dentro do padrão ideal, está a serviço da produção de algo, que transcende continuamente o esportista. Ou seja, para preencher uma finalidade (exterior a ele), o indivíduo é instado a adaptar-se aos padrões idealizados de motricidade e treinamento, sem o que sua presença no esporte seria insustentável. Na realidade, o movimento esportivo tem pouco espaço para objetivos hedonísticos ou para o desfrute do próprio corpo, porque se funda no ideal da auto-superação agonística, pela qual a ordem "citius, altius, fortius" polariza todas as ações. As necessidades e os limites de capacidade do corpo são menos observados que a ambição de mostrar eficiência, render, produzir resultados (exatamente como quer a indústria frente às leis de mercado). Mesmo quando as condições individuais e os motivos poderiam disso divergir, a força ideológica do produtivismo impõe-se a todos aqueles, que buscam no esporte convencional um espaço de cultura física; um exemplo elucidativo tem-se nas "olimpíadas" para deficientes, em que a "lei do mais forte" não deixa reconhecer as peculiaridades da clientela, a quem, talvez, interessasse outra proposta.

Também as regras esportivas reproduzem as estruturas encontradas na indústria. Patrões e operários de um lado, dirigentes e atletas do outro, compõem um quadro relacional normativo de múltiplas identidades. Hierarquia e disciplina formal constituem o critério de convivência entre as categorias implicadas. Atitudes de importante dimensão política são veiculadas como posturas éticas úteis à vida social: liderança, disciplina, lealdade; com efeito, favorecem tais atitudes o controle político mais que um equilíbrio democrático, porque não modificam a relação de poder: dirigentes e patrões impõem as normas; atletas e operários cumprem-nas.

Dessas colocações podem ser extraídos traços para esboçar um perfil antropológico ambivalente ao trabalhador industrial e ao atleta: ambos são treinados e condicionados a tarefas específicas; ambos dedicam a essas tarefas sua majoritária disponibilidade existencial; ambos têm conduta racionalizada, portanto, sujeita a controle sistemático por terceiros; ambos são submetidos a padrões impessoais de produção; ambos são substituíveis por insuficiência frente aos padrões de produção pré-de-

terminados; ambos são politicamente submetidos em seus respectivos contextos de atuação. Em resumo: ambos servem à mesma ideologia, que os torna perfilarmente idênticos, como homens.

6. Conclusão

A teorização sobre a cultura física não é nem pode ser unívoca. Seu conteúdo semântico e mais ainda o pragmático dificultam uma homogeneização interpretativa, o que inviabiliza conceitos universais.

Assim, a compreensão do que seja esporte — tanto faz, se o diferenciamos conceitual e linguisticamente como "desporto" ou "jogo" — apenas poderá ser atingida a partir das suas práticas, porque são estas e não os conceitos imaginados pelos intelectuais a fonte de elementos, que o tornam um fenômeno inteligível.

As práticas esportivas denotam uma extensa variabilidade, não só de atividades-tipos, mas de significados. E é nestes, que aquelas ganhas sua dimensão antropológica.

Uma mesma atividade esportiva pode assumir diferentes interpretações práticas, de acordo com a intenção que a mover, do que quiser expressar, do significado a ela atribuído. Pois o esporte não é um fenômeno natural, biológico, senão que, antes, uma instituição cultural, historicamente situada no mundo construído pelo homem.

Se concordarmos com SCHELER, a partir de quem o pensamento antropológico passou a ver o ser-do-homem como abertura, plasticidade, inacabamento e versatilidade existencial²⁶, seremos forçados a admitir, que a concepção tradicional do esporte não precisa nem pode ser a única. Supostamente, sua interpretação convencional poderia ter sido distinta do que foi, tal como aconteceu com outras formas de atividade (dança, ginástica), que com ele integram o campo da cultura física.

Do ponto de vista antropológico-filosófico, entretanto, o problema estará sempre em perceber que implicações uma dada interpretação do esporte acarreta para o conteúdo existencial dos

seus praticantes, a começar pelo seu significado humano. Ou seja, a reflexão terá a constatar em que medida a prática esportiva ajuda a enriquecer e equilibrar a vida humana individual e social.

Certamente, sua interpretação convencional, além de existente e possível, também é válida, porque traduz interesses, valores e expectativas de grupos até numerosos. Constitui, nesse sentido, a representação de homem que esses homens têm de si mesmos.

Outra coisa, porém, é conceber essa representação como única ou, no mínimo, como a mais autêntica. Isso redundaria em bitolar as perspectivas, negando a liberdade de escolha aos indivíduos, em insinuar um modelo antropológico universal, impostando um só perfil de homem.

Naturalmente, a universalização de um modelo único de homem, hoje, alcança conotações sociais distintas das de outrora: no passado, o esporte reproduzia (talvez, até involuntariamente) o modelo fabril de homem; atualmente, é a indústria que se volta para o esporte, se não como subsídio modelar, pelo menos como oportuno veículo ampliador de mercado. A reabilitação axiológica da corporeidade e da motricidade esportiva traz grandes conveniências econômicas para a indústria: nossa cultura de massa sustenta-se via consumo; nela há uma tendência generalizada às padronizações, sobressaindo entre elas a de comportamento; através dos meios de comunicação, a publicidade comercial padroniza corpo e movimento, criando uma expectativa social de identificação com os modelos produzidos; então, entra em cena a indústria, fabricando mercadorias para vestir e treinar essas outras duas "matérias-primas", aliás, cada vez mais abundantes. A padronização do corpo e da motricidade (esportiva) mostra-se um investimento compensador, porque reduz os custos de produção e tem retorno garantido pela propaganda.

Esse é o contexto situativo, descritivo e identificativo da sociedade em que vive o homem do nosso tempo. Esse é o quadro existencial, com e no qual tem que trabalhar uma antropologia da motricidade esportiva.

Se eticamente solidário ao princípio de o homem ter direito a decidir por si próprio e de viver de acordo com os valores que tenha por mais aceitáveis (isto é, de descobrir e construir sua própria identidade humana), o pensamento antropológico-filosófico terá que assumir o compromisso de esclarecer e orientar a sociedade sobre o significado e as conseqüências das concepções de esporte por ela postas em prática. Não que o deva fazer através de posturas dogmáticas ou maniqueístas. Mas que leve em conta seus próprios pressupostos filosóficos e, assim, ajude os homens, em suas pluralidades e diferenças, a encontrar suas próprias identidades.

Sem isso, o conhecimento antropológico tornar-se-ia discurso vazio e o esporte uma prática humanamente sem significado.

7. Notas

¹Neste particular, a contribuição teórica e prática do esporte de lazer tem sido relevante (cf. 4:9-31, 53-66 e 95-108).

²Aliás, seguindo a tradição positivista da ciência contemporânea, mesmo podendo ser enquadrado, por referir-se a um espaço da cultura, no âmbito das ciências sociais e humanas.

³O pensamento fenomenológico, particularmente da Fenomenologia Existencial em língua francesa (Marcel, Merleau-Ponty, Sartre), concebe o homem como corpo "a priori", a partir do que desenvolve toda a sua reflexão antropológica (cf. 10:126-127).

⁴cf. 7:19-23.

⁵SARTRE ap. 2:99.

⁶cf. 7:59.

⁷SANTIN, 13:155; o conceito de intencionalidade, na Fenomenologia, implica a noção de "voltar-se" para algo exterior a si mesmo, portanto, de relacionar-se com o objeto da intenção (interessante consultar, no contexto da motricidade, 14:125-130).

⁸Sobre os significados fundamentais de liberdade, cf. 1:577-584.

⁹cf. 5:215-228.

¹⁰cf. 9:20-21.

¹¹cf. 5:215-228 e, especialmente, 9:20.

¹²ENGELS ap. 9:20.

¹³cf. 9:22.

¹⁴idem: 24-25.

¹⁵idem: 27.

- ¹⁶idem: 30-47.
- ¹⁷cf. 12:279.
- ¹⁸cf. 6:56.
- ¹⁹idem: 63.
- ²⁰idem: 61.
- ²¹ibidem.
- ²²Significativamente, é fato conhecido, que a racionalização científica da motricidade não começou no esporte, mas na indústria: disciplinas científicas como a Biomecânica, a Fisiologia do Esforço e a Aprendizagem Motora iniciaram seus caminhos a serviço do trabalho e dele passaram ao esporte (já que os interesses ideológicos aí coincidiam...).
- ²³Por isso, o antropólogo Ernst CASSIRER denomina a homem de "animal symbolicum", que, a partir de um sistema de símbolos por ele criado, vive numa nova dimensão da realidade (cf. 3:47-51).
- ²⁴Klucidativamente, esses três predicativos deixam transparecer o vértice da pirâmide axiológica, sob a qual se abriga o esporte: a **medida**.
- ²⁵Enquanto MARX realiza uma análise crítica desse modo de produção, e taylorismo não apenas o defende, como busca intensificá-lo e aperfeiçoá-lo, com vistas ao lucro (cf. 8:267-285 e 11: passim).
- ²⁶cf. 10:125.

8. Referências Bibliográficas

- 1 ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. 2.ed. São Paulo, Mestre Jou, 1982.
- 2 BORNHEIM, Gerd. **Sartre: metafísica e existencialismo**. São Paulo, Perspectiva, 1971.
- 3 CASSIRER, Ernst. **Antropologia filosófica**. São Paulo, Mestre Jou, 1972.
- 4 DIECKERT, Jürgen. **Freizeitsport: Aufgabe und Chance für jedermann**. 2.ed. Opladen, Westdeutscher, 1978.
- 5 ENGELS, Friedrich. **A dialética da natureza**. 3.ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- 6 GRIESWELLE, Detlef. **Sportsoziologie**. Stuttgart, Kohlhammer, 1978.

- 7 GRUPE, Ommo. **Grundlagen der Sportpädagogik**. 2.ed. Schorndorf, Hofmann, 1975.
- 8 MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. vol. I. São Paulo, Abril Cultural, 1983.
- 9 MEINEL, Kurt. **Bewegungslehre**. Berlin Ost, Volkseigener, 1976.
- 10 PLESSNER, Helmuth et alii. **Sport und Leibeserziehung**. 4.ed. München, Piper, 1975.
- 11 RACO, Luiza & MOREIRA, Eduardo. **O que é taylorismo**. São Paulo, Brasiliense, 1984.
- 12 RÖTHIG, Peter. **Sportwissenschaftliches Lexikon**. 3.ed. Schorndorf, Hofmann, 1976.
- 13 SANTIN, Silvino. Educação física e desportos: uma abordagem filosófica da corporeidade. In: **Revista Kinesis**, (n.esp.): 143-156, 1984.
- 14 _____. Reflexões antropológicas sobre a educação física e o esporte escolar. In: **Revista Kinesis**, 1(2):119-130, 1985.